

## Assembleia Municipal da Guarda

### Ata

#### Sessão Extraordinária de Trinta Dias de Janeiro de Dois Mil e Dezanove

Aos trinta dias, do mês de janeiro, do ano de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

**- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vamos dar início a esta Sessão Extraordinária. Vou iniciá-la com o toquezinho do sino. Só uma palavrinha, antes de iniciarmos mesmo. Já combinei com os Líderes Parlamentares. Tendo em atenção que é uma Sessão Extraordinária para a discussão de um ponto específico, mas que entendeu a Mesa, com alguma complexidade, pelo menos entendemos assim, dessa forma, a grelha de tempos que iremos aplicar será aquela que está prevista no Regimento para os assuntos mais complexos, tal como um Orçamento. Significa isto que terão, cada Grupo Parlamentar, os cinco minutos a mais. Aqueles cinco minutos adicionais que estão previstos nessa grelha de tempo. Portanto, já transmiti isso aos Líderes e ficou assim acordado. Vou começar, então, por dar conta das substituições. Por parte do Grupo Municipal do PSD, falta Luis António do Couto Paula e é substituído por António Júlio Aguiar e Silva Basto Cardoso; falta Carlos André Tavares da Cruz e é substituído por Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves; falta Mário Nuno Ribeiro Sucena que é substituído por João Manuel Costa do Rosário Bandurra; falta Ana Cristina Capelo Gomes Pereira e é substituída por António José Jorge Terras. Do Grupo Municipal do PS, falta José Alberto Vargues Pires e é substituído Emanuel de Almeida Proença Barata. Do Grupo Municipal do CDS, falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva e é substituída por José Carlos Breia Lopes. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente de Junta de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves e é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes. A Junta de Freguesia de Porto da Carne, falta Vítor Manuel Henriques da Cunha que é substituído pela Secretária, Cláudia Juliana Sousa Rebelo. Da Junta de Freguesia da Guarda, falta João José Pina Prata que é substituído pelo Tesoureiro, António José Morgado dos Santos. E passemos então à Ordem do Dia. Uma vez que é uma Sessão Extraordinária não temos Período Antes da Ordem do Dia e passamos, de imediato, à discussão do ponto previsto para a Ordem do Dia.” -----

#### **Ponto Único: Discussão e votação da Proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais.** -----

**- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Proposta esta que está na plataforma e que todos conhecem e por isso eu dava, de imediato, a palavra ao senhor Presidente para a apresentação da proposta. Senhor Presidente, quer falar?” -----

**- Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Não sei se lhe devo agradecer, mas julgo que não. Mas ainda assim faço por termos, julgo eu, a primeira Assembleia Municipal Extraordinária. Eu não tenho nada contra, bem pelo contrário porque acho que a democracia e a democracia autárquica impõem muitas vezes isso. Apenas faço esta nota introdutória porque, para este assunto, que na verdade mereceria, fruto da sua importância e até da sua complexidade, mereceria e merece e por isso cá estamos num debate importante. O que eu tenho que começar por lamentar, e disse-o a quem de direito, é que estamos a fazê-lo hoje, no dia 30, mas no dia 1 de fevereiro podíamos fazer a Assembleia Municipal Ordinária. Não sei quando é que a iremos fazer. Mais lá para o fim do mês, mais coisa, menos coisa. A senhora Presidente ainda não decidiu e eu próprio também. Ainda não dialogámos sobre o assunto como é normal. Mas poderíamos ter dialogado e fazer a Assembleia,

se a senhora Presidente concordasse, no dia 1 de fevereiro. Poupávamos 5 mil euros aos cofres do Município, ou 6. Eu comecei por dizer que o sistema democrático é caro. E ainda bem, de modo que é para evitar outras leituras. Que não seja visto pelo facto de estarmos a não fazer isto por uma questão de poupar dinheiro, ou de não gastar dinheiro. Deus me livre, não é nada disso. Só estou a dar este exemplo porque é uma questão de um dia ou dois. De resto, há colegas meus que, ainda ontem eu participei num debate sobre esta matéria em Famalicão, não o da Serra, mas o de Vila Nova de Famalicão, e um colega meu, que depois vim a saber que há, pelo menos, mais um, que vão fazer esta Assembleia Municipal para decidir o que vamos hoje aqui decidir, no dia 1 de fevereiro. Porque é a Assembleia Municipal Ordinária de Fevereiro. E eu até disse, eu jurista não sou, mas dá-me ideia que é uma questão de intensidade do “crime”, do erro, da falha ou da falta. Bom, isto serve para dizer o quê? Este processo da descentralização, para os mais descentralizadores ou para os mais centralizadores, embora, como ontem dizia nesse debate, o Presidente da Câmara do Porto, com quem tive essa satisfação de debater, dizia ele: eu não encontro ninguém na televisão a dizer - eu sou centralista. Ele tem razão. Não há ninguém em Portugal, da esquerda à direita, que tenha coragem de o dizer. Eu sou centralizador. Não há ninguém. Mas, depois, também não há muitos com coragem de ir lá dizer o que é que são. O que é que são. Por isso, humildemente, aqui vai a minha declaração. Eu sou, desde que me conheço nestas coisas, mas também como se diz cá na terra, só os burros não mudam de ideias e como eu não me tenho como burro, graças a Deus, já podia ter mudado de ideias desde que, em 1979, comecei a estudar estas matérias e a trabalhar tecnicamente sobre estas matérias. E isso formatou-me tecnicamente e depois politicamente, como um homem que acredita convictamente na descentralização. Que acredita convictamente que as políticas de proximidade, agora assim chamadas, são mais eficazes do que a partir do País centralista, ou centralizado. E, senhoras e senhores Deputados, o que este País conheceu, ao longo destes últimos, se quisermos ser simpáticos, vinte anos, se quisermos, trinta... como quiserem, mas devo dizer que da minha experiência autárquica, que já leva dezassete anos, vos garanto, garanto-vos, pela minha convicção, que o País e já lá passaram governantes e governos de toda a espécie, o País é hoje um País muito mais centralizado do que era na altura. Muito mais. Mas, a verdade, é que ainda recentemente um homem que pensa bem sobre estas coisas dizia, numa outra conferência onde eu tive o gosto de estar também, dizia que há uma coisa mais grave em Portugal. Quando o País chumbou o referendo sobre a regionalização, como se lembram, o que é que aconteceu daí para cá? O que aconteceu é que o País não quis aquilo, aquela. Eu também não. Aquela regionalização. Eu quero é outra. Aquela não a queria e, por isso, eu era responsável político aqui na Guarda e lutei muito para que se fosse chumbar aquela regionalização. Era juntar Guarda e Castelo Branco, como sabe. Era criar a região da Beira Interior. Como eu tive oportunidade de dizer na altura, era juntar pobres. Nunca vi pobres juntos a ficarem ricos. De modo que, juntar os pobres com os ricos, talvez a coisa se resolva. Mas, desde aí para cá, o País não só não criou o nível intermédio, como diminuiu a capacidade de intervenção das delegações de poder nos distritos. Por isso agora está aí uma corrente que está a fazer o seu caminho, na qual eu não adiro, mas compreendo-a. Uma corrente que diz: vamos voltar a reforçar o peso dos distritos. Eu dei, no outro dia, um exemplo, com todo o respeito por outros. O Presidente do Conselho Diretivo do Centro Distrital de Segurança Social, hoje, seja ele quem for, não tem o mesmo poder que tinha o Presidente há vinte anos atrás. Todos sabemos isso. De modo que tem razão esse pensador que dizia isso. Ou seja, o País tornou-se, por isso, ainda mais desequilibrado. Tornou-se mais injusto. As políticas, o poder de decisão deixou de estar ainda mais próximo. Ora bem, chegados aqui, o que é que no Governo anterior se fez nesta matéria? Uma coisa chamada descentralização. E não nos vamos apegar muito aos conceitos técnicos porque, verdadeiramente, não é bem - e depois poderemos falar sobre isto tecnicamente - a

descentralização. Mas vamos convencionar chamar-lhe assim, também não é um erro tão grosseiro. O Governo anterior definiu um caminho, descentralização por negociação. O que é que isto queria dizer? Ó Senhor Presidente da Câmara da Guarda, quer em três áreas ou quatro (praticamente duas é que tiveram seguimento) a cultura e a educação? E disseram-me assim: ó senhor Presidente da Câmara da Guarda, o senhor quer negociar connosco a gestão de alguma coisa na matéria da educação e da cultura? E eu disse: sim senhora, na cultura. Como sabem assinámos com o Governo anterior o acordo de descentralização, entre aspas, da gestão do Museu. Eu tenho a vaidade de dizer e espero que todos me acompanhem porque é uma verdade nua e crua, todos me acompanhem daquilo que o Museu da Guarda fez até há três anos e o que fez nestes três anos, não tem comparação. Quem o viu e quem o vê. Ora aqui têm uma boa coisa. Nós assumimos. Mas quando assinamos, em anexo ao que assinámos, sabem o que é que lá estava? Umas folhinhas, ao cêntimo, de quanto é que o Estado ia transferir. Ou seja, o Estado na altura, fez as contas e disse assim: senhor Presidente, quer isto? E se quiser, pagamos-lhe isto. E eu aceitei e não estou nada insatisfeito, bem pelo contrário. Muito pelo contrário. Há que dizer-se que, na altura, o Partido Socialista não concordava com este caminho da negociação. O que o Partido Socialista na altura dizia, eu acho já falei disso aqui algumas vezes, dizia e disse-o para mim em debates que tivemos. Na altura, o Presidente dos Autarcas Socialistas, que era o Dr. José Luis Carneiro, que é agora o Secretário de Estado das Comunidades, honra lhe seja. Frente a frente, discutimos isso e ele dizia: não, o Partido Socialista o que defende, - defendia na altura - é a universalidade. Nós não queremos por negociação. Olhe, quer? Quero. Não quer? Não quero. Todos têm que querer. E eu disse: alto! Disse-o eu na altura: todos têm de querer o quê? E somos todos iguais? Eu dei, ando por aí a falar muito disto e às vezes dou o exemplo por causa, eu digo que é em homenagem à Brigitte Bardot, dos meus tempos BB, eu digo Braga e Barrancos. Braga e Barrancos é igual? Antes fosse para Barrancos, mas não é. Ora bem, e eu na altura fiquei preocupado, como é que isto se vai dar, a universalidade. Bom, a democracia levou a que o Partido Socialista fosse para o Governo e lá está. Ainda lá está, com o apoio do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda. E o Governo, quando começou as suas funções, disse assim num Conselho de Ministros, é público, está publicado. Até ao Verão de 2017, eu não me enganei, 2017, nós, Governo, vamos fazer a transferência de competências para os Municípios e para as Freguesias, vamos eleger os Presidentes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e vamos definir o modo de eleição dos Presidentes de CCDR's. E eu pus as mãos na cabeça e só peço a Deus que, desta feita, o Governo não cumpra. E não cumpriu, também fiel a si próprio, também não cumpriu. Mas aí, Graças a Deus! Porque vejam o que era cumprir e elegerem os Presidentes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Era desequilibrar politicamente ainda mais o País. Então é que era mesmo dizer: agora temos aqui uns Presidentes eleitos, estes senhores é que são o nível Regional, digamos assim. E eu disse: e cadê os outros? De modo que ainda bem que não se cumpriu. De modo que o Governo meteu, nesse aspeto, a viola no saco. Por isso é que agora houve críticas do Presidente da Câmara do Porto. Bom, não houve do de Lisboa porque sim. Mas aí, estão a ver, minhas amigas e meus amigos, eu acho bem que não o tenha feito. Tal como a eleição dos Presidentes da CCDR's, que aquilo, do modo que ia ser feito, era pouco ou nada. Era dizer, os Presidentes são eleitos. Mas quem era o universo eleitoral? Os autarcas. Ora, que diabo. Eu era Presidente do Conselho da Região Centro eleito pelos meus pares. Sabem porquê? Porque a maior parte das Câmaras eram do meu Partido. Tão simples quanto isso. Como o meu Partido perdeu as eleições em 2013, na Região Centro o Partido Socialista passou a ser maioritário e eu, nesse dia, entreguei a pasta ao novo eleito que é o Presidente da Câmara de Mangualde. Óbvio! É a democracia. Por isso, irmos agora dizer que era eleito o Presidente da CCDR... de modo que, ainda bem que não cumpriram. É a minha opinião. Mas, eis se não quando, julgávamos nós que iam cumprir para os Municípios, Transferência de competências para os

Municípios. Mas passou o Verão de 2017. Passou o ano todo e ia passar o ano de 2018 e chegou à liderança do PSD um homem chamado Rui Rio. E agora, apenas estou a falar disto, não pensem que estou a fazer a apologia de quem quer que seja. Apenas para situar historicamente a situação. E em abril de 2018 eu tive a honra, mas olhem bem mesmo, é mesmo uma grande honra para mim, eu tive a honra de, em nome do PSD, assinar com o Ministro da Administração Interna em nome do Governo, e na presença do Primeiro-ministro e de outro Ministro e de outro Secretário de Estado e do Presidente do PSD, assinámos um acordo público, tendente a impulsionar esse trabalho que não estava feito. Mas aqui há que dizer-se, em especial para esta Bancada, que quando nós fizemos isso, fizemo-lo em respeito àquilo que é o poder, a veia, o ADN, como costuma dizer-se, do Partido Social Democrata reformista e descentralizador, como já fazíamos anteriormente. É claro que, agora, com um caminho que o Governo tinha coerentemente dito: não, nós agora é universalidade. Nós podíamos dizer, o maior Partido da oposição podia dizer: ai esse caminho é o vosso? Então sigam, sejam felizes. Já vamos ver porque é que isto é importante. O que é que nós dissemos? O que é que o PSD disse? Não, ok. Não é o nosso caminho, mas nós achamos que isto é uma reforma muito importante e o caminho deve caminhar-se, vamos lá ver. E, no acordo, ponto de honra para nós... o acordo tem dois pilares, já agora, muito rapidamente. Tem o pilar da organização subnacional do Estado, chame-se o que se chamar, lá vamos para as próximas eleições legislativas, espero eu, discutir isso, aquilo que eu comecei por falar: discutir o que é que se deve fazer das áreas metropolitanas; o que é que se deve fazer das CCDR's, o que é que se deve, ou não, fazer das regiões. E não há tabus. Se quisermos discutir nas legislativas se deve haver regionalização, vamos discutir. E, por isso, é que há uma comissão de homens especializados, homens e mulheres, há uma senhora também, e ainda bem, que estão a estudar a matéria até ao fim da legislatura para nos dizerem: olhem, o nosso pensamento é isto, a melhor forma de organização subnacional é esta e agora façam lá eleições, formem o Governo, formem a Assembleia e depois avancemos com isto. O isto, eles vão definir e nós cá estaremos para o discutir. Pilar dois, muito importante, não é falado. Mas é muito, muito importante. Aliás, começa a ser falado. Começa a ser falado. Ontem até já ouvi teses fantásticas de que devemos referendar a regionalização e se, numa determinada região, os votos forem favoráveis, mesmo que os outros não sejam então avança essa. Eu descordo em absoluto, mas enfim. Mas acho que que se fale, disso trataremos depois. Pilar um, Descentralização para os Municípios e Freguesias, Transferências de Competências para os Municípios. Bom, e o que é que nós, nesse acordo, eu, com a responsabilidade de que estava investido, disse, e devo dizer em abono da verdade que o Governo não pestanejou sequer e acordámos nisso. Como Braga e Barrancos não é a mesma coisa, eu disse: bom, então se isto é pela universalidade vamos, ao menos, definir aqui um horizonte temporal para os Municípios optarem. Havia duas teses. Uma, minha, que não venceu. Eu espero que vá vencer depois das eleições de 2019, mas não obtive vencimento. No Parlamento, a que obtive vencimento que eu acho errada, mas, ainda assim, é melhor do que se a descentralização fosse de cima para baixo, decida pelo Governo e articulada só com a Associação de Municípios e a esta hora não estávamos aqui a discutir isto, a dizer a que queremos ou a que não queremos. Por ventura, já a tínhamos em cima de nós. Então, o que é que lá ficou escrito. As Câmaras que, em 2019, não quiserem nada, podem fazê-lo. Se quiserem alguma coisa, podem fazê-lo. É o nosso caso hoje. Mas, se quiserem tudo, podem fazê-lo. E, em 2020, a mesma coisa, também podem nada, tudo ou parte. E, em 2021, é o que diz a Lei, que eu descordo, mas não vamos discutir isso porque depois há eleições em 2019, vamos ver se se altera em 2019. Em 2021, diz a Lei, todos quer gostem, quer não gostem, Barrancos e Braga têm que assumir. Que competências? Eu já lhe perdi o conto. Ou vinte e uma, ou vinte e três.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, só para alertar que entrou nos 5 minutos adicionais, portanto...” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Obrigado senhora Presidente. Vinte e uma ou vinte e três. Para já, o que nós hoje estamos a falar é de onze que estão publicadas. Destas onze, o que é que eu acho e achei, coerentemente, que vos devia propor e propus na Reunião de Câmara e aqui à Assembleia. Aceitarmos três, por uma questão de enquadramento e por uma questão de coerência. Bom, qual é o enquadramento? Não é possível, creio eu, aceitar-se competências até hoje desenvolvidas pela Administração Central que devem custar “x”, o tal envelope financeiro, sem me dizerem qual é o envelope. O grande erro. Falta de trabalho, ou falta sei lá de quê. Isto devia ter estado no Orçamento de Estado em outubro. Agora, ninguém conhece quanto é que o Estado Central... sabem porquê? Porque a máquina do Estado Central é muito poderosa. Muito poderosa. E, às vezes, sobrepõe-se. Faz, se calhar, a máquina em si, o sistema, senão, não se compreende que se diga os decretos são estes, a substância é esta, - é pouquinho dizem uns, e eu também digo, mas eu digo vale mais pouco do que nada, é o nosso impulso político - mas, neste pouco, quanto é que custa? Não se conhece. Se não se conhece, eu não quero. Espero por 2019 para ver o que dá. E se for necessário esperar até 2020, espero também. Porque muita água vai correr por baixo da ponte. Mas há três aqui, e é as que vos proponho, que não acarretam despesa e por uma questão de coerência, eu acho que as devemos desenvolver. Primeiro, Balcão Único e o Gabinete de Apoio ao Emigrante. Bom, nós somos olhados como um exemplo, bom exemplo, é o Governo que o diz. Por isso, se já gastamos o que gastamos porque é que não havemos de ficar com ela? Então é nossa, pronto, aqui vai. É isso que vos proponho. Segundo, a gestão do Património do Estado. É a reforma das reformas. Está hoje pior do que, eu atrevo-me a dizer isto, não sei se vou dizer uma coisa politicamente incorreta, mas para não ser politicamente incorreto está, ano após ano, cada vez pior, para eu me ficar por aqui. Tem um bom exemplo a Câmara da Guarda. A Comunidade Intermunicipal, já quisemos a casa que foi do ex-Parque Natural da Serra da Estrela. Está no centro histórico da Guarda a degradar-se. A Câmara da Guarda e a CIM fizemos reuniões com o Governo anterior, com este, pedimos, suplicámos, dissemos que eles poderiam colaborar connosco... até hoje, lá está a casa. O que é que este diploma vem dizer? Olhe, este diploma é pouquinho, podia ser mais ambicioso mas sendo o que é, desde que a gente demonstre isto e mais aquilo, vamos ter que penar um bocadinho. Mas eu, com este diploma, que não me traz despesa nenhuma, posso chegar lá e dizer: olhe, está aqui cumprido o diploma, não gastei nada, passem para cá a casa. É uma questão de coerência. Se eu andei a lutar por ela, então agora tenho aqui um caminho, que é pouquinho, é estreito, mas pronto vamos aproveitá-lo. Terceiro, a Habitação. Se lerem o diploma da Habitação é a coisa mais enócoe que há. Não diz nada. Mas, subjacente àquilo diz assim: quem quiser gerir o parque habitacional do Estado nos seus territórios, vem negociar aqui com o IHRU ou com a Secretaria de Estado da Habitação. Ora, eu gostaria que todos estivéssemos associados a acabar com uma vergonha nacional, foi assim que eu a classifiquei. A Guarda tem, nesta matéria, uma vergonha nacional. Chama-se Bairro da Fraternidade. E, de facto, é preciso haver muita fraternidade, é verdade, com o que lá está. É claro que eu me recuso a deitar uma casa abaixo sem ter alternativa. Estamos a fazer os projetos para construir dois ou três prédios, lá nos terrenos à volta para demolir tudo aquilo. Isto é uma obra histórica, solidária. E como o bairro está, mais ou menos, interiorizado, então é sair daquela casa, demoli-la, mas ter ali alternativa. Não apenas para os que lá estão, mas também para outros que têm necessidade. É esse caminho que estamos a percorrer. Pois bem, eu com base neste diploma vou chegar à Secretaria de Estado da Habitação, ou ao IHRU e vou dizer: olhe, tem aqui isto, eu agora quero esta competência, quanto é que paga para eu ficar lá com aquela vergonha e para acabar com ela? Se fizermos o negócio, muito bem. Se não fizermos, amigos como dantes. São

estas as três competências, que nós entendemos que, por uma questão de enquadramento e uma questão de coerência daquilo que nós, Câmara da Guarda, entendemos que é melhor para melhor servir as nossas populações ainda, e olharmos, para as outras oito que eu, em última instância, quero. E as outras. Mas isto está, eu ontem usei uma expressão bem popular, peço desculpa senhora Presidente, nalgumas coisas na forma e até na substância, mal-amanhado. Querem o cúmulo do mal-amanhado? Vem aí uma que é a da Educação. Acho que até já foi promulgado, mas acho que ainda não foi publicado. Já foi? Hoje? O diploma, se for verdade, eu ainda não o li, mas se for verdade diz uma coisa destas, vejam, tão absurda. Nós Câmara, todos os Municípios vão-se pronunciar em abril, salvo erro, se querem... bom, o Governo, o que lá diz é que trinta dias depois de publicado vai mandar o envelope financeiro da Educação. Estou deseioso de ver. Tenho mesmo uma grande expectativa. Mas, pelo ar que se respira, ou muito me engano ou a grande maioria não vai gostar do envelope. Oxalá que eu me engane. Mas depois nós temos trinta dias para nos pronunciar, presumo que na Assembleia Municipal de abril estaremos no tempo e não temos que fazer nenhuma extraordinária para dizermos sim ou não. Imaginemos, também não vale a pena, fazemos esse cenário só para verem o absurdo disto. Se for não, o diploma dirá, penso, que em junho, dois meses depois, nos temos que pronunciar se queremos essa mesma competência para o ano letivo 2020/21. Ao fim de dois meses. Quer dizer, se aquilo estiver disparatado no envelope não há tempo para corrigir o disparate mas, em junho, vamos ter que nos pronunciar contra o disparate. Bom, mas como vamos pedir a Deus e aos Anjos que aquilo esteja fantástico, que não seja disparate e por isso aceitamo-la, por ventura, e podemos aceitar, ou não, porque estamos a falar, de facto, de uma competência de uma densidade diferente daquelas que eu aqui coloquei. De modo que, senhora Presidente, termino agradecendo a sua bondade, mas penso que o assunto requeria estas explicações para vos dizer porque é que propomos estas três e porque é que propomos três e não zero, ou três e não sete, ou três e não onze, por estas razões que julgo terem ficado suficientemente explicitadas. Termino como comecei. Eu sou, convictamente, um descentralizador e por isso até já afirmei que vamos anular os concursos, que estavam no caminho, dos Chefes de Divisão porque eu acho que, com vinte e uma, por hipótese, novas competências, isto obriga a repensar estrategicamente a orgânica da Câmara, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Marco Loureiro, se faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado. Senhora Presidente, senhor Presidente de Câmara, seus respetivos Vereadores, caros colegas Deputados e Deputadas, público presente e aqueles que nos acompanham lá em casa. Começo por dizer que, por umas palavras que o senhor Presidente de Câmara aqui também trouxe. Realmente, há pouco falou da geringonça se é que assim se pode chamar e se é que existe, mas a verdade é que este acordo da Transferência de Competências foi, como todos sabemos, acordado pelo PS e pelo PSD. Não pela geringonça. E começo, então, por dizer o seguinte. Foi publicado em agosto de 2018, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferências para as Autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais, as competências que se enquadram na administração direta e indireta do Estado. De acordo com o artigo 4º da referida Lei, esta Transferência de Competências e afetação de recursos, será concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. A mesma será feita já este ano, admitindo-se, porém, que as Autarquias e as Entidades Intermunicipais que não pretendam já a transferência destas competências para a Autarquia local, comuniquem esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido. Os últimos diplomas legais, relativos ao sector da saúde e da educação, foram promulgados pelo Presidente da República em 17 de

janeiro de 2019, tendo sido hoje publicados no Diário da República. No processo em questão, importa referir que não se trata de um contrato de delegação de competências entre o Estado e as diversas Câmaras Municipais, mas antes uma Transferência de competências operada pela via legislativa, pelo que as Assembleias Municipais, como é o caso de agora, apenas deverão deliberar se pretendem, ou não, que as transferências relativas aos diversos sectores sejam operadas já este ano. A transferência vai sempre ocorrer. Importa decidir quando. Segundo declarações do Ministro da Administração Interna, os valores para a descentralização deverão ser decididos até abril de 2019. A Associação Nacional dos Municípios aceitou a proposta do Governo para o financiamento da educação, saúde e cultura, mas exige conhecer os mapas dentro de três meses. Entretanto, mais de quarenta autarquias já rejeitaram assumir as novas competências deste ano como, por exemplo, os Municípios de Alcácer do Sal, Carregal do Sal, aqui ao lado, Trancoso, Manteigas, Nelas, entre outros tantos. Na prática, pretende-se que as Assembleias Municipais decidam já, se aceitam, ou não, a descentralização, sem que tenham conhecimento dos valores a serem transferidos para o efeito. Basicamente será decidir às escuras. Repito, às escuras. O Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade, ao abrigo da qual as competências estão alocadas ao Órgão mais competente para as executar. A este princípio está subjacente a democraticidade e, como tal, que o Órgão seja eleito por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações. No entanto, consideramos que esta descentralização, tal como se encontra configurada nos diversos diplomas legais já publicados, fere o próprio princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez a municipalização de competências, nestas matérias, que é o que aqui está realmente em causa, não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso das diversas populações aos serviços prestados nas diversas áreas a transferir, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa, face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências. Este processo todo vai promover uma total, pensamos nós, desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal. Outro problema da descentralização prende-se com a falta de meios técnicos e de recursos humanos para o efeito. Aceitando-se estas competências, as Câmaras têm de assumir as responsabilidades e execução dos diversos diplomas sectoriais quando, na maior parte dos Municípios, atualmente, não existem recursos humanos para que tal seja possível, nem possibilidade ou orçamento para assegurar a contratação dos mesmos, existindo um subfinanciamento crónico da Administração Central para as autarquias. É ainda espectável que venham a existir conflitos de competências, nomeadamente no domínio da gestão pessoal auxiliar no caso de estabelecimentos de educação e de saúde, ou na gestão e manutenção dos equipamentos que sejam transferidos para a esfera da competência dos Municípios. Acresce ainda a possibilidade das Autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências e concessionarem estes serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação dos serviços prestados e seu acesso e fruição pelo comum cidadão. Assim, a municipalização destas competências do Estado poderá dar origem ao agenciamento da contratação e pagamento de pessoal, serviços e empreitadas, transformando os Municípios em repartições administrativas de políticas nacionais. Com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e dos diversos diplomas sectoriais, é possível verificar que o que está em causa não é uma verdadeira Descentralização de Competências, mas sim uma municipalização das diversas áreas envolvidas, onerando os Municípios que não têm meios humanos ou recursos técnicos para tal. Tal como se tem verificado, o processo está a ser feito ao contrário, isto é, transfere-se primeiro as competências e depois logo se vê o resultado, ou se adequa melhor o orçamento, o que é, para nós, absolutamente inaceitável. Da mesma forma, e já que estou aqui porque a discussão tem a ver com um documento a ser votado no

seu todo e não, penso eu que estou correto, alínea a alínea e por isso, eu, enquanto representante do Bloco de Esquerda, votaria a favor da alínea g) e d). Não é o caso que me pareceu ser a questão da votação. Por isso, vou ter que votar o documento num todo e, num todo, por isso, não poderia deixar de falar da parte das CIM's. Da mesma forma, recusamos uma descentralização em figuras jurídicas intermunicipais, tal como são as CIM's. Há boas razões para que assim o seja, pois, as Comunidades Intermunicipais, tal como a CCDR's, não são dotadas de Assembleias eleitas diretamente, sendo assim, destituídas da legitimidade democrática direta que a constituição exige quanto às Autarquias Locais ou Regiões Administrativas. Desta forma, consideramos que as Comunidades Intermunicipais põem em causa aquela que deveria ser a maior de todas as reformas: a Regionalização. Sem democracia não pode haver Descentralização de Competências. Assim sendo, o Bloco de Esquerda votará contra as Transferências de Competências do Município da Guarda e na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, que estão enquadradas na Lei nº 50/2018. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, se faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então boa tarde a todos. Colegas, camaradas aqui da nossa Assembleia, público, pessoas do nosso Município, gente que nos está a ouvir através da internet. Vou começar por ler aqui um texto: A Lei da Transferência de Competências para as Autarquias n.º50/2018 e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, n.º51/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das Autarquias e, sobretudo, à qualidade da resposta que possam dar aos problemas das populações. Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à Legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Presidente da República referenciou: a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as Autarquias Locais de atribuições até este momento da Administração Central; o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre Autarquias Locais; a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência imediata no rigor das finanças públicas; o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e de erradas opções adotadas na Lei. Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as Autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos Órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do poder local. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto, só por si, justifica que o Município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros. A Lei 50/2018 prevê que os termos concretos da transferência em cada área resultarão de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as

matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da Autarquia quer da população, se rejeitasse a assunção a partir de 1 de janeiro de 2019, das novas competências. Este é o momento para, agora, sem subterfúgios, recusar um processo objetivamente contrário aos interesses das populações. Reclamamos por isso o início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das Regiões Administrativas; a reposição das Freguesias liquidadas contra a vontade das populações; o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos Municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus Órgãos; a identificação, no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza. Por isso, a apreciação geral sobre este processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, conduzem a que, responsabilmente, e na defesa dos interesses quer da Autarquia quer da população, a CDU vote contra as cinco propostas de aceitação de competências já assumidas pelo Executivo, e eu digo quais são, que é a), b), c), e) e a f) do documento enviado pelo Município, vote contra as cinco propostas de aceitação das competências já assumidas pelo Executivo, e em coerência vote favoravelmente as propostas de rejeição que o Executivo deliberou, lamentando que lhe tenha faltado a coragem para assumir a rejeição total de todos os diplomas por não estarem garantidas as condições para uma efetiva descentralização. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora o senhor Deputado Tiago Gonçalves. Faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Boa tarde a todos. Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, demais Membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e demais Membros do Executivo, senhores Deputados da Assembleia Municipal, um cumprimento especial ao Deputado Aires Diniz a quem desejo as melhoras desde já, senhores Presidentes de Junta, técnicos do Município, comunicação social e público. A temática hoje trazida a esta Assembleia Municipal é muito cara ao PSD cujo passado e presente demonstra tratar-se do Partido mais descentralizador do espectro político Português. É nosso entendimento que a descentralização pode ter um impacto muito positivo na melhoria das políticas desenvolvidas e na rentabilização dos recursos. A aproximação da decisão aos cidadãos promove a democracia e a responsabilidade dessa mesma decisão. Permite uma resposta mais pronta e promove a qualidade dos serviços prestados. No limite, a descentralização é também ela um instrumento de promoção da coesão territorial, pois dotando as Autarquias de mais competências e de meios financeiros, estas poderão continuar a cumprir com o seu papel transformador que, desde a criação do poder local, tem assumido nos territórios especialmente no desenvolvimento das zonas mais desfavorecidas. Quando falamos em descentralização vislumbramos duas possibilidades de a desenvolver. A que passa pela negociação Autarquia a Autarquia, por um lado e, por outro, a opção universalista, a de promover uma transferência de competências obrigatória. A opção do governo Socialista que hoje se apresenta perante nós é esta última, a opção universalista. Rejeita a negociação caso a caso e com isso minoriza o princípio da autonomia das Autarquias Locais. Os trezentos e oito Municípios do País são tão diferentes entre si. Que dizer, então, das mais de três mil Freguesias. Porém, todas elas são

tratadas por igual pelo Governo Socialista como se fossem realidades comparáveis. A opção pela negociação, assumida pelo Governo anterior, teve entre nós reflexos positivos e que mereceram até os mais elevados encómios. Veja-se o caso, já hoje aqui falado, da transferência da gestão do Museu da Guarda para a esfera Municipal, após um processo de negociação concluído com sucesso e a através do qual o Estado passou a pagar um valor ao Município da Guarda para este assegurar a gestão daquele espaço museológico, com ganhos de eficiência e até de capacidade operacional. Temos pena, temos muita pena, que o Governo Socialista não tenha seguido esse caminho tão positivo e respeitador da autonomia do Poder Local. No nosso Concelho, que foi pioneiro em matéria de delegação de competências para as Freguesias, essa foi sempre a opção. Desde o início que se fizeram acordos com as Freguesias transferindo competências, mas sempre, sempre ao abrigo de uma negociação e não de nenhum tipo de imposição a essas mesmas Freguesias. Fará brevemente um ano que o PSD, num ato que temos de qualificar como singular, decidiu dar a mão ao Governo do Partido Socialista para impulsionar esta reforma, compreendo a necessidade de se darem passos na diminuição do centralismo no nosso País. Tal aconteceu por convicção. Convicção de que os superiores interesses do País estão e estarão sempre acima das contingências partidárias de cada momento. Porém, não se esperava que o processo chegasse a este momento de forma tão atabalhoada e, sobretudo, que não existissem ainda dados que permitissem às Autarquias decidir responsabilmente. São múltiplos os diplomas. Cada um com diferentes prazos de resposta. São as dúvidas geradas aos Autarcas, sobretudo os das Freguesias. É a total ausência de dados financeiros relativos às competências a transferir. Faz algum sentido que os Autarcas tenham que andar, permanentemente, com um calendário na mão para não perderem um prazo de prenuncia quanto a uma transferência de competências? Faz algum sentido que os timings de resposta não possam coincidir com as datas da realização das Assembleias Municipais e de Freguesia Ordinárias, obrigando as Autarquias à realização de Sessões Extraordinárias como esta? Faz sentido que as Autarquias sejam colocadas perante um voto competência a competência, diploma sectorial a diploma setorial, em vez de poderem fazer uma análise de conjunto sobre todas as competências que querem receber, garantindo maior racionalidade nas decisões? Penso que não. Seria mais útil que as coisas estivessem sido desenvolvidas de outra forma. Mas, infelizmente, creio que ninguém no Governo parou para pensar. A pressa é má conselheira e o que se tem visto um pouco por todo o país e que já foi relatado anteriormente pelo Deputado Marco Loureiro, com inúmeras Autarquias Socialistas a recusarem liminarmente o recebimento de qualquer competência, é a prova de que nem os mais fervorosos apoiantes deste Governo do Partido Socialista podem aprovar este modo de fazer as coisas. Hoje, na Guarda, confrontamo-nos aqui com uma proposta de aceitação de três competências. Competências essas que não implicam a assunção de compromissos financeiros, nem a necessidade de contratação de recursos humanos. Só por isso podemos aceitá-las nesta Assembleia Municipal. Aceitá-las com responsabilidade e aprovar esta proposta que nos é apresentada. Sim, porque aceitar qualquer proposta que possa implicar um custo financeiro para esta Autarquia, sem o conhecermos devidamente, merecerá sempre a nossa censura e o nosso voto contra. Sem envelope financeiro assente e já definido, não há decisão responsável. Daí aproveitarmos esta Assembleia para interpelarmos, uma vez mais, o Governo para que apresente os dados financeiros, pois só assim as Autarquias se poderão pronunciar devidamente sobre as competências a receber. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, por favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Muito boa tarde a todos. Cumprimento a senhora Presidente e restantes Membros da Mesa,

senhor Presidente da Câmara e o restante Executivo, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, senhores técnicos, comunicação social, público, muito boa tarde a todos. Eu começaria por dizer que torto nasce tarde, ou nunca, se endireita. Eu acho que em vez de estarmos aqui hoje a falar de descentralização, devíamos estar a falar de confusão. O CDS não tem dúvidas que as Autarquias Locais têm constituído um veículo essencial no domínio da descentralização de políticas e no desenvolvimento económico e social das populações, ocupando a primeira linha, e a mais próxima de apoio, em áreas tão relevantes como a saúde, a ação social, a valorização e dignificação dos equipamentos educativos e a habitação social. Em 2018, foi celebrado um acordo entre PS e PSD à margem do Parlamento, do qual a expressão da Lei 50/2018 de 16 de agosto, que atribui ou que pretende atribuir novas competências aos Órgãos Municipais e às Entidades Intermunicipais. O CDS vem manifestando dúvidas quanto ao pertença modelo de descentralizador que o Governo criou a partir do referido acordo partidário, designadamente pelo facto de ser imposto de cima para baixo e sem a necessária consensualização com as Autarquias Locais e com o Parlamento. Na verdade, e de acordo com a Lei-quadro que regula as Transferências de Competências para as Autarquias, os Municípios terão até 2021 para assumirem as novas competências. Até lá decidem, anualmente, quais as áreas que querem chamar a si podendo assumir as novas competências apenas parcialmente, ou mesmo não assumir nenhuma. Às dezasseis horas de hoje, eram cinquenta e nove os Municípios do País que já informaram que não vão assumir qualquer competência. A maioria deles, Socialistas. Mas há aqui uma data muito importante a reter que é 2021, nessa altura a transferência torna-se obrigatória. Ora, transferir competências implica não só a manutenção da respetiva autonomia administrativa e a atribuição do poder de execução ao Órgão destinatário das novas competências mas, também, o poder de decisão, regulamentação, planeamento e fiscalização de modo a que esses Órgãos possam assumir o encargo de desenvolver funções públicas e de prestarem serviços públicos com qualidade, eficientes, universais e com condições de igualdade de acesso. Ao que acresce a indispensável transferência pelo governo dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados. De acordo com o relatório elaborado pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais, entregue à Associação Nacional de Municípios, o Governo quer transferir para o poder local 889,7 milhões de euros. Deste valor, a grande fatia destina-se ao setor da educação: 797 milhões, a distribuir pelos trezentos e oito Municípios de Portugal Continental. Na saúde, a estimativa é de 83 milhões. Na habitação: 7,6 milhões e, na cultura: 1,1 milhões de euros. Estes valores, contudo, não cobrem os gastos que as Autarquias vão ter com as novas competências. Na área da educação então é evidente que a verba a transferir é insuficiente. Pois, em muitos casos, o parque escolar vai passar para os Municípios está degradado e a necessitar de grandes obras. E o mesmo se diga dos centros de saúde, cuja gestão e manutenção o Governo pretende entregar às Autarquias Locais. Mais, o fundo de financiamento da descentralização é, além de opaco, completamente insuficiente para as necessidades, que teoricamente visa acautelar, deixando as Autarquias a braços com responsabilidades de que o Estado parece querer livrar-se sem, para tanto, as dotar dos meios materiais e humanos indispensáveis. Os Municípios Portugueses, por outro lado, são muito heterógenos na geografia económica e na capacidade de intervenção. Não é desconhecido que há determinadas atribuições, por exemplo, a promoção do desenvolvimento, ordenamento do território, ou a manutenção de equipamentos coletivos de porte elevado em que a escala individual é incapaz de assegurar serviços eficazes em territórios grandes e escassamente povoados. Estamos a falar do Interior. Nestes casos, a resposta terá de passar pela gestão conjunta com Municípios vizinhos, designadamente através das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas constituídas, ou através de outras parcerias a criar. Não se conhecem, contudo, quaisquer estudos que fundamentem a transferência das competências

identificadas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, que levem em linha de conta a diversidade de que acima demos conta. A Lei-quadro da descentralização mais parece, na verdade, um processo de alijamento de encargos e obrigações por parte do Governo. Completamente alheado da realidade territorial organizativa e financeira das Autarquias nacionais e, acima de tudo, das necessidades das populações e da capacidade e eficácia da resposta a dar-lhes. Foram já publicados onze diplomas setoriais no âmbito da transferência de competências para os Órgãos Municipais e Entidades Intermunicipais. O CDS pediu a apreciação Parlamentar de sete desses diplomas. Contudo, estes pedidos não suspendem o prazo previsto de sessenta dias para os Municípios se pronunciarem. No âmbito destas apreciações Parlamentares, o CDS apresentou também propostas de alteração a sete diplomas que são o 98, o 99, os decretos-leis 100, 101, 202, 105 e 106. O Partido Comunista e o Bloco de Esquerda pediram a apreciação Parlamentar de todos os diplomas e também pediram a revogação de todos, mas foi chumbado. A discordância é enorme no que respeita a todo este processo. O próprio fundo da descentralização previsto na Lei das Finanças Locais, que deveria ser aprovado em sede de Orçamento de Estado, foi chumbado nessa mesma sede. Este processo de descentralização parece mais uma manta de retalhos, em que os panos que a formam não foram cozidos e corre o risco de agravar ainda mais o fosso existente entre os maiores Municípios e os mais pequenos. Para além disso, vai criar uma enorme confusão em que os Municípios assumem competências e outros não. Uma das vozes que mais se tem feito ouvir contra este processo, tem sido a do Presidente da Câmara do Porto. Também o senhor Presidente da Guarda, que foi um dos construtores deste edifício de descentralização que hoje aqui estamos a discutir a assunção de algumas competências, foi um dos primeiros a criticar publicamente a forma como o Governo está a montar toda esta estrutura. Percebemos agora e de forma bem evidente que o edifício tem pouco cimento e que pode ruir a qualquer momento. Como poderíamos acreditar que um Governo que não disponibiliza os recursos financeiros para cumprir aquelas que são as suas próprias funções e responsabilidades, o irem a fazer quando passa, essas mesmas responsabilidades, para terceiros? O resultado está à vista. Os potes estão aí, mas quando se levanta a tampa não se vê nada. Apenas o fundo vazio. Em vez de estarmos aqui a votar a transferência de competências nestas três áreas, eu esperava ver o senhor Presidente a denunciar, de uma vez por todas e de forma bem audível, esta falsa descentralização que nada mais é do que uma enorme confusão. Votaremos contra as alíneas a), b) e c) da proposta que hoje vem aqui para ser votada porque realmente entendemos que o processo nasceu enviesado e continua a não corresponder aos anseios daquilo que é o bem estar das pessoas do nosso Concelho. Já referi que muitos dos Municípios, aliás, da cor do Governo, não estão a assumir estas competências. A própria CIM também não vai assumi-las. Tive hoje conhecimento que o Governo deu orientação aos peritos avaliadores de finanças, para reverem os coeficientes de localização dos imóveis. Isto vai significar, necessariamente, um acréscimo nos encargos com o IMI. Eu não sei, será esta a via que o Governo está a encontrar para vir a financiar a descentralização? Já agora, há bem pouco tempo, também aumentou o valor de referência do metro quadrado de habitação de 603 para 615 euros, o que também vai significar um agravamento para as novas avaliações e para as reavaliações. E temos coisas extraordinárias, que o senhor Primeiro Ministro compra por 327 mil euros um imóvel em Lisboa e tem uma avaliação patrimonial tributária de cerca de 60 mil euros e nós, aqui na Guarda, temos imóveis que se transacionam a 60 ou 70 mil euros e temos avaliações patrimoniais tributárias de cerca de 90 a 100 mil euros. Portanto, há aqui, necessariamente, situações no território que são completamente diferentes. Este foi apenas um exemplo. Outros exemplos..."-----

**- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, vai ter que terminar." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... se podem dar. Termino já. Exemplos que se podem dar que tem a ver com descentralizações de competências já feitas no passado e que se revelaram criadoras de maior diferenciação entre os Municípios. O caso dos transportes escolares em que tanto recebe o Município de São João da Madeira que tem 7,94 quilómetros quadrados, como recebe o Município da Guarda que tem 712 quilómetros quadrados...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O preço/valor atribuído por aluno é exatamente o mesmo, quando a geografia é completamente diferente. Já para não falar dos exemplos das estradas e temos tido vários exemplos de falta de manutenção por insuficiência de verbas. Não queiramos continuar a caminhar neste sentido. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor deputado Agostinho, se faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal apresento-lhe os meus melhores cumprimentos, que torno extensíveis ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, aos excelentíssimos senhores Vereadores e Vereadora, aos excelentíssimos senhores Líderes Parlamentares do Bloco de Esquerda, da CDU, do PSD e da coligação CDS-PP/Movimento Partido da Terra e Partido Popular Monárquico e na vossa pessoa cumprimento todas as Bancadas. Cumprimento ainda os demais presentes. A transformação do modelo de funcionamento do Estado deve começar pelas estruturas que constituem a sua base, nomeadamente as Autarquias. A descentralização, através da transferência de competências para as Autarquias Locais, é a pedra angular da reforma do Estado, porquanto reforça e aprofunda a autonomia local, impulsionando a sua legitimação e aproximando o Estado dos cidadãos. As Autarquias Locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade. Reforçar as competências dos Municípios numa lógica de descentralização, com o alargamento da sua participação nos diversos domínios de atuação do Estado. Assim versa do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro. Apresentada como base da reforma do Estado, a fim de torná-lo mais inteligente, mais moderno e, logo, mais forte. Reforçando e aprofundando autonomia local, apostando no fomento da legitimação das Autarquias Locais e abrindo portas à desejada transferência de competências da administração direta e indireta do Estado para Órgãos mais próximos das pessoas, dando assim concretização aos princípios. Reforçar as competências das Autarquias Locais, bem como das suas estruturas associativas, as Entidades Intermunicipais. Tendo, assim, em conta o melhor interesse dos cidadãos e das empresas que procuram, da parte da administração pública, uma resposta ágil e adequada. No que concerne às Freguesias, sendo as mesmas as Autarquias Locais cujos Órgãos se encontram mais próximos das pessoas, a afirmação do seu papel como polos da democracia, de proximidade e da igualdade do acesso aos serviços públicos, procurando também contribuir para o desenvolvimento do Interior e para a coesão territorial. Pretendendo que as Freguesias exerçam competências em domínios que hoje são atribuídos por delegação legal. Em termos de custo/benefício, maior eficiência e eficácia na atuação da administração pública perante o cidadão, em especial face à proximidade e, por essa via, à inerente celeridade na resposta às legítimas pretensões formuladas pelos cidadãos. De facto, e em especial no âmbito da saúde, da educação e da ação social, a excessiva centralização de competências na administração direta e indireta do Estado, não permite uma atuação tão ágil e em tempo útil, por parte da administração pública, aos problemas e necessidades dos cidadãos pondo em causa a eficiência e eficácia das soluções adotadas. Atenta à matéria, foram ouvidos os Órgãos do Governo próprio, das Regiões Autónomas, a Associação

Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias. Esta foi a motivação da proposta de Lei n.º 62/13. Tudo isto foi possível graças à convergência, trabalho conjunto e consenso entre o Governo do Partido Socialista e o Partido Social Democrata. No dia 18 de abril, de 2018, em São Bento, o Primeiro-ministro António Costa e o Presidente do PSD, Rui Rio, assinaram um acordo conjunto sobre a descentralização. No encontro participaram os dois negociadores, o Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita e o Coordenador da Reforma do Estado, Autonomias e Descentralização do Conselho estratégico do PSD, Dr. Álvaro Amaro. A Lei-quadro da Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais e as alterações à Lei das Finanças Locais, foram aprovadas em julho de 2018, no Parlamento, apenas com votos a favor do PS e do PSD. Este é o princípio de uma reforma profunda e marcante em termos de descentralização de poderes. A média de despesa pública gerida por Municípios na União Europeia é de 25%, enquanto em Portugal é de 14%. No emprego público, os Municípios nacionais são responsáveis por 17%, enquanto na Comunidade Europeia a média sobe para os 35%. Há que seguir em frente. Certamente encontrando obstáculos e dificuldades próprias de uma reforma tão profunda. Uma verdadeira alteração de paradigma do poder local. Maior proximidade da população dos centros de decisão. Bem sabemos que para alguns esta é uma reforma simplista e fácil de executar. Mas não é. No entanto, importa continuar com otimismo e de forma construtiva. Afirmando, deste modo, a descentralização como o futuro do poder Autárquico, sem recuos ou receio de empreender tamanha alteração à centralidade dos centros de decisão. Aplaudimos, assim, o Executivo da Câmara Municipal da Guarda ao ter aprovado a transferência de competências relativa a três diplomas sectoriais. No domínio da habitação, da gestão de lojas de cidadão e de espaços do cidadão, instituição e gestão de gabinetes de apoio aos emigrantes e instituição e gestão dos centros locais de apoio a integração de emigrantes e da gestão do património imobiliário público. No entanto, lamentamos a postura, ainda assim aquém das expectativas, face à rejeição de oito diplomas, uma vez que outras competências poderiam e deveriam ter sido aceites, tendo por base o critério invocado para a sua rejeição. Não existirem custos nem mexidas na orgânica do Município. É um avanço a aceitação destas três e a recomendação de duas à CIM, pelo que exortamos V. Exa. a dar os passos necessários em termos de apreciação da orgânica do Município, que permita receber mais competências. Não podíamos terminar sem dizer o seguinte. Lamentamos que a proposta apresentada a esta Assembleia não analise de forma crítica, fundamentada e isolada, cada uma das competências propostas. Assim, poderíamos debater, com rigor, com concreta noção da rejeição de cada uma. Lamentamos que esta votação seja feita de forma global, sem fundamentação e análise específica de cada competência. Temos, assim uma espécie de tudo ao molho, debaixo do mesmo chapéu. Aliás, quem começa a ler a fundamentação fica com ideia de que será rejeitada qualquer competência. Depois, no meio de uns «mas» e outros tantos «de qualquer modo», inverte-se a sensação e ficam aceites três. O que me leva com toda a sinceridade e honestidade, sem qualquer ironia a perguntar-lhe, uma vez que está assinado por V. Exa. Dr. Álvaro Amaro, acompanhou a elaboração desta proposta? Pergunto-lhe, porque não parece a sua arte aqui vertida e, permita que lhe diga, tem conhecimento, capacidade e eloquência para muito mais. Ficamos a saber porque aceitamos três e, de forma mal-amanhada, ficamos a saber, ou sem saber, ou a saber mal, porque rejeitamos as outras oito. Votaremos favoravelmente esta proposta, sem deixar de exortar o Executivo, ainda este ano, a aceitar mais competências na senda da modernidade e futuro da Administração Local.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Senhor Presidente, tem direito de resposta. Faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhora Presidente. Começo, justamente, por uma... eu acho que, se calhar, todos têm razão dos argumentos que apresentaram e por isso eu não vou combater nenhum em particular por ser com o Bloco de Esquerda... que indicou uma representante para aquela Comissão que está a estudar a verdadeira descentralização. Chapeau. Fiquei com uma imensa pena, estive mesmo para falar, humildemente, ao senhor Secretário-Geral do Partido Comunista que também devia apresentar, sendo um Partido que defende a regionalização, convictamente, como eu. E não percebi. Estão a ver? Não vale a pena. O Partido Comunista defende a regionalização e quando há uma comissão independente e manada no Parlamento, que resulta do acordo que eu assinei, e o Partido Comunista, respeitosamente, não apresentou. Mas o bloco de Esquerda apresentou e o CDS também apresentou, e muito bem, o Professor Carmona Rodrigues. Bom, e o PS, naturalmente, apresentou e nós também. E lá estamos as sete personalidades e essa é que é a questão essencial. Mas, depois, há pouco não referi uma coisa que a mim, e fica por isso declarado, hoje, para a história, aqui, da minha boca. Com todo o respeito pela autonomia da decisão de cada um dos Municípios, e vamos à nossa CIM que eu não referi há pouco, de todos os Municípios da CIM, não faço ideia se todos retiraram, não tenho ainda o balanço nem tenho preocupação porque, no acordo, também está um princípio muito importante. A autonomia de decisão dos Municípios. Princípio sagrado. Mas está lá uma coisa que eu tenho que hoje deixar aqui a minha lamúria... lamúria. Dei-me conta, o senhor Vice-Presidente informou-me, que houve Câmaras a decidir que a CIM não devia aceitar nenhuma das quatro competências que a Lei prescreve. Ora, a Lei também diz que, havendo um que diga que não, está o problema resolvido. Ou seja, mesmo que os outros todos digam que sim, não pode a CIM. Ora, isto impunha que todos conversassem previamente, em nome da solidariedade. Em nome do espírito CIM. Eu revoltei-me. A expressão é muito dura... olha, agora o senhor Deputado diz-me que não, que não... se a senhora Presidente lhe der autorização... mas é assim. Ponto. É assim. Cada Câmara decide por si o que quer e depois decide qual é a sua opinião da CIM. O que eu lamento é que houve Câmaras que decidiram o que é que da CIM devia fazer-se, sem falarem com os seus colegas. Isto foi o que me disseram. E, a ser verdade, é lamentável. De tal maneira que eu pedi ao senhor Presidente da CIM um Conselho Executivo Extraordinário. E ele, honra lhe seja, fê-lo. Bom, chegaram lá e não foi preciso fazê-lo porque outros já tinham... pena, eu é que não pude estar, se não, eu ia pedir aos meus colegas que revogassem a decisão em nome do espírito CIM. Então, eu posso lá perceber, respeitar eu respeito é a democracia, mas eu não percebo. Eu depois tive oportunidade de explicar aos meus colegas que não é incompatível, nem é incoerente, eu não querer nenhuma das onze, ao meu nível, eu não quero, mas, no nível acima de mim, eu acho que é melhor para a região. Isto é compatível. Eu não quero para mim, mas reconheço que, acima de mim, há outra capacidade para o resolverem. Isto é perfeitamente coerente e perfeitamente compatível. E eu lamento muito, mas mesmo muito, não sei se vai haver muitas CIM's a recusar, acho que não. Há CIM's que recusam algumas, não sei se haverá CIM's que recusam todas como a nossa, liminarmente, recusou. Eu discordo profundamente, mas respeito. Que remédio. Eu quero lá saber se é do meu Partido, eu quero lá saber... não foi não, por acaso não foi. Mas eu quero lá saber, ó senhor Deputado, mesmo que fosse do meu Partido eu estaria a dizer exatissimamente o mesmo, em nome dos princípios. O princípio da solidariedade e do reforço da CIM. Então, veja. As duas que nós aqui propomos é para gerir Fundos Comunitários. Então a CIM não quer gerir Fundos Comunitários? Segunda, a promoção turística da sub-região que é a CIM. Então a CIM não quer fazer a sua promoção turística? Alguém me disse: não têm técnicos. E eu disse: compreem. Então andaram por aí todos queixosos, aqui há uns anos, porque queriam a Região de Turismo da Serra da Estrela. Então e agora, há uma competência que devolve e nós não a queremos? Minha Nossa Senhora! Eu fiquei

de boca aberta. Bom, mas enfim, siga. Mas não é assim que se robustece a capacidade de intervenção do território. Não é. De todo, não é. Lá em baixo, na macrocefalia, nos centralistas é o que eles querem. É o que eles querem. E eu, por isso, me insurjo. Mas também, olhe, sejamos todos felizes. É o que é. Mas lamento profundamente. Se me disserem dos bombeiros, da justiça, que eram as outras duas, bom, eu admito que possa ser discutível se é assim, se é assado, ainda por cima o Governo anda aí numa gerigonçada da Proteção Civil que só Deus sabe onde é que vai parar. Mas admito perfeitamente que prudência e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém. Agora, não queremos, cá no território, gerir os Fundos Comunitários? Dinheiro aqui para circular? Não queremos fazer a promoção do território porque os dezassete não se entendem? Entendam-se! O legislador aí fez bem. É obrigatório que todos estejam de acordo, que é para encostar os casacos e acertar a estratégias. É assim que deve ser. Fica dito. Quanto ao 2021 ou 2022, eu já expliquei, o que está é 2021, ponto. Mas, até lá, a minha esperança é que, como digo, vai haver eleições, vai haver um novo Parlamento, vai haver um novo Governo. Eu, pelo menos, assim o espero. Mas, mesmo aqueles que não esperam que seja um novo, será sempre um novo Governo, constitucionalmente consagrado e, por isso, vamos ter ainda tempo para repor alguma coisa. A tese é esta. Há os que defendem que, de janeiro de 2021 até setembro, nas eleições Autárquicas, no último ano do mandato, meus amigos, todos têm, perdoem-me a expressão, senhora Presidente, gramar esta coisa. Eu acho que não. O espírito com que eu estive foi: não, em 2021, todos têm que conhecer a coisa, a substância e o dinheirinho, o novo regime financeiro. E todos os candidatos a Autarcas sabem as linhas com que se cosem a partir do momento em que ganhem as eleições. Não há mais desculpas. O ano de 2021 era o ano da estabilidade, das competências e do regime financeiro. Eleições feitas, janeiro de 2022, novas competências a serem desenvolvidas. Esta é uma tese, há outra. Vingou a outra. Vamos embora e por isso temos ainda este tempo para... e depois ouvi aqui, meu caro Deputado Henrique Monteiro, eu não critiquei apenas a forma, ainda lhe digo mais, eu até critico, nalguns casos, a substância. No acordo o que disse, foi: vamos lá impulsionar o Governo, disse o PSD, legitimamente, impulsionar o Governo porque achamos que isto é muito importante, é o nosso ADN de descentralizadores. Mas a substância, nós não damos ordens aos Autarcas do PSD, presumo que no Partido Socialista também não se dê ordens aos Autarcas, e não sei dos outros Partidos, no CDS também não sei. Mas nós não damos. O que nós dizemos é: o acordo chapéu impulsione-se e, agora, consensualize-se a substância na Associação Nacional de Municípios. É o que está cá no acordo. E a Associação Nacional de Municípios tem Autarcas do Partido Comunista, não tem do Bloco, não tem do CDS, mas tem do PS e do PSD. Do PS maioritário. E no Conselho Geral... não, no Conselho Diretivo penso que não tem ninguém no Conselho Diretivo, mas no Conselho Geral tem. Olhe, e eu presido ao Conselho Geral, ainda na semana passada o Presidente da Câmara de Ponte Lima teve uma belíssima intervenção no Conselho Geral da Associação de Municípios. Bom, a Associação de Municípios consensualizou com o Governo esta substância. Vou-vos dar um exemplo de uma coisa que, se fosse eu a mandar, mas não mando, eu nunca faria aquela substância. A gestão dos centros de saúde. Dizem que é os pregos, as janelas e as pessoas, os funcionários. E há quem defenda, entre os quais me incluo, e porque não na definição dos horários do centro de saúde? Porque não? Então, se o Município, mais rural até, quer o centro de saúde aberto doze horas ou vinte e quatro horas e quiser pagar e deixa de fazer a estrada, porque é que não? Se isso é importante para as populações. Paga e exerce melhor a função. Ponto. Ontem, o Presidente da Câmara do Porto ele próprio dizia isso em centros de saúde do Porto. E com razão. Eu dou-lhe razão. Pois bem, o que foi consensualizado no diploma não tem isto. Está a ver? Eu também critico a substância. A questão central, em termos políticos, é esta. E foi isso que estive na base do acordo entre nós e o Governo. É: vale mais pouco do que muito, ou o pouco, é mesmo muito pouco e ficamos no

zero? E nós achamos que não. Eu ontem expliquei e explico-vos aqui com todo o gosto, o seguinte. Para aqueles que são, verdadeiramente, descentralizadores e que acreditam piamente nisto e que acham que isto é pouquinho, tratar dos pregos e das janelas do centro de saúde ou amanhã das escolas. É pouco, é verdade. É pura verdade. Mas, eu pergunto, não são tarefas que têm que ser executadas? O centro de saúde se não tiver a janela, não há condições de trabalho. Dirão: são tarefas menores, isso são tarefas menores. Podem ser menores, mas sem as quais uma organização não funciona. Então, se é assim, o que é que é melhor? É serem executadas pelas Juntas de Freguesia e pelos Municípios, com honra, e com envelope, já lá vamos, ou serem executadas pelo Terreiro do Paço? Que diabo, então os verdadeiros descentralizadores, como eu ontem tive a oportunidade de debater com o meu colega do Porto, eu disse: meu caro eu também queria eu, pessoalmente, também defendo isso. Então qual é a nossa posição? Não tem lá os horários, chumbo. Ou agarramo-nos a alguma coisa? Porque é um caminho que se faz caminhando. Esta foi a nossa postura política. E acho que correta, em nome, como muito bem disse o Deputado Tiago, em nome dos interesses do País. Ou seja, se o centro de saúde amanhã tiver as janelas a cair, ou a extensão de saúde, ou a escola, se amanhã viermos a ter a educação, se tiver tudo a cair e tudo não sei quê, então como é que é? Fechamos tudo e vamo-nos queixar a Lisboa? Ou como alguém dizia, ah não, depois a culpa é do Presidente da Câmara, e bem. E bem. Então, só temos que ser coerentes. Temos que ser coerentes, se a janela estiver partida temos que a mandar compor. Ah, mas isso é uma tarefa muito menor. Ó diabo, mas sem as tarefas menores, não há tarefas maiores. Isto é clarinho como a água. Na minha modesta opinião. E por isso, senhor Deputado Agostinho Gonçalves, o texto. Bom, eu tenho, por norma, quando assino é meu. Sabe que um político, havia um filósofo que dizia que um político é um homem só, e uma mulher. Somos sempre um homem só. Quando eu faço um despacho que contribui para a felicidade ou infelicidade de uma comunidade, mesmo que os meus pares estejam ao pé de mim, se aquilo correr mal, se for mesmo para a infelicidade, sou eu. A senhora Vereadora vai dizer: não, não, eu também assinei. Só lá estou eu. De modo que o texto é meu. Ponto. Como o senhor saberá também, eu, pessoalmente, tenho um grande orgulho em muitos colaboradores que ajudam a fazer textos, colaboradores e colegas também. Olhe e até lhe digo uma coisa, hoje, ao fim de cinco anos, muitos deles assino de cruz. Está a ver a minha confiança. Ora bem e por isso o senhor tem razão numa coisa, de facto, na leitura do texto, de propósito, por isso, eu diria, prova superada. Eu queria mesmo que os senhores lessem o texto e tivessem esta... eu já disse isso na reunião de Câmara, o senhor Vereador também disse isso, que tivessem mesmo essa impressão: ó diabo, este fulano vai chumbar isto tudo. É mesmo. Foi de propósito. Por isso, olhe consegui. Porque aquilo que lá está é o meu sentimento que eu hoje aqui espelhei. Porventura, de outra forma. Melhor ou pior, não faço ideia. Aquilo que lá está é o meu sentimento só que, em coerência e no enquadramento que fiz, eu acho que posso ajudar, posso ganhar tempo. Senão poderia chumbá-las todas, era a coisa mais simples. A maior parte de alguns Autarcas e com toda a legitimidade e por ventura muito bem, do PS e do PSD, não importa, dizem assim: não tenho vagar, não quero saber, não quero pensar nisto, isto está um bocado atabalhado. Porque convenhamos, está. Isso aí não vale a pena. Quer dizer, o Governo atabalhoou um bocado esta coisa e não havia necessidade. Como eu digo, não havia necessidade de estarmos aqui hoje. Não há necessidade, no caso da educação, como há pouco disse é paradigmático. Eu já disse isto ao Ministro e ao Secretário de Estado, como imaginam, falo com eles amiúde. Não há necessidade. O próprio Partido Socialista, na Assembleia da República, viabilizou agora, no final do ano, um projeto de resolução que o PSD apresentou para dizer: até 31 de janeiro, e nós vamos indo por etapas sucessivas, apresentem lá os envelopes. E viabilizou-a. Mas não a cumpre. Não é obrigatório como sabe, não é obrigatório mas podia cumprir. De modo que, em suma, eu estou por isso disponível senhor Deputado, lhe garanto, disponível para

aceitar as vinte e uma. Ou as trinta e quatro. Eu sou coerente, nem para que isso tenha que reformular organicamente. Eu estou disponível. Eu quererei, amanhã, eu pessoalmente, é o meu pensamento, que seja também a educação. Da educação, há colegas nossos, colegas meus que dizem: ah a educação é uma coisa! Mas já há cem Câmara a ter a gestão da educação. Isto já vem do tempo do Primeiro Ministro Sócrates e depois de Passos Coelho. E há Câmara que até torcem a orelha, eu sei o que já combinei aqui com a senhora Vereadora, porque eu quero, daqui por dois meses, seriamente, quando olhar para o envelope, ter justificadas as razões para dizer: sim senhor, vamos aceitar. Ai, eu quero dizer-vos que eu, por mim, eu não ando a tergiversar, nem ando com táticas, eu aceito. Bom, aceito se o envelope que lá estiver nos satisfizer para resolvermos melhor do que a 5 de Outubro. Agora já não é a 5 de Outubro, é a Infante Santo. Não sei se sabem. A 5 de Outubro vai ser uma grande residência. Agora é Infante Santo. De modo que, a Infante Santo, nós vamos fazer melhor. Agora, sem ovos não há omeletes e o Estado, não é o Governo, a administração central não vá querer amanhã iludir-nos dizendo: olhe, tome lá 1000 euros, ou 1 milhão ou 2, e se nós acharmos que é 3 ou 4, aí eu não vou aceitar, como é evidente. Agora, convictamente, eu acho que, seja dos jogos de fortuna, seja nas praias, seja em não sei quê, porque há competências que além de gerarem despesas, há também algumas que geram receitas, naturalmente. Só que algumas, para gerarem receitas, implicam despesas. Por exemplo, como no outro dia um colega meu me dizia: eu, ficar com a educação? - e era um Município vinte vezes mais pequeno que o nosso - eu, ficar com a educação? Isso implica que tenha que contratar mais três ou quatro técnicos lá para o setor da educação e isso é uma despesa. E eu disse: está bem, mas se o meu amigo, - e depois pus-lhe um outro colega a dizer que já tem a educação há três ou quatro anos e diz maravilhas, porque os agrupamentos estão felizes da vida, porque a Câmara é a responsável e porque têm um bom diálogo. Claro que isto, às vezes, tem fricção. Mas que diabo, então nós queremos, ou não queremos? Eu prefiro uma boa fricção, no bom sentido, aqui no meu território onde a gente decide o que é melhor para a comunidade educativa, do que ter a fricção e de ter que me solidarizar com o Agrupamento com a fricção com a Diretora Regional de Educação, ou com o Ministro da Educação. Eu prefiro a fricção aqui. Se não, andamos aqui todos a tirar o peito das balas. Prefiro isso. De modo que, eu por mim, convictamente, estarei disponível a tudo isso. Preciso é de saber quanto é que é. Quanto é que pagam. Moral da história, eles não foram capazes. Acredite. Eles não são capazes. Pronto, então ainda lhe digo mais. A administração engoliu-os. Eu sei bem o que ouvi no princípio dos debates. Eu sei bem. Não vale a pena. E por último e não menos importante, agora é uma leitura política que só me vincula a mim. E meus amigos, descentralizadores... eu vou-lhe dizer. Primeiro-Ministro António Costa, tenho a certeza de que o é. Regionalista, até. Eduardo Cabrita, tenho a certeza disso. Aliás, eu usei esse argumento. Rui Rio, tenho a certeza disso. Álvaro Amaro, tenho a certeza disso. Bom, se estes quatro homens tiveram esta responsabilidade, eu próprio dizia isso: então porque é que não aproveitamos? Com todo o respeito, naturalmente, também por outros do Bloco de Esquerda e do CDS e do partido Comunista. Mas, se os dois maiores Partidos têm esta convicção, aliás, palavras de ontem do Rui Moreira, disse isto, mesmo citando estes quatros nomes. Olhe, estou a parafraseá-lo. O que é rigorosamente verdade. O que é rigorosamente verdade. Então, não tivéssemos desperdiçado. Então, porque desperdiçamos? Porque estes milhões todos transferidos para financiar estas competências, é diferente de estarem nos trezentos e oito Municípios, ou estarem lá nas cativaçõeszitas. Para o défice. Pensem bem nisto. É melhor estarem lá. De modo que, o impulso político foi forte, mas depois... é a minha leitura porque, se não, não se compreende que cada decreto-lei não tivesse ao lado quanto custava aquilo, tal como nós fizemos no Governo anterior com a cultura e outros municípios, ao cêntimo. Estava lá. A esta hora nós estávamos a dizer assim: ora bem, queremos, não queremos, queremos, não

queremos! Era assim que se devia ter feito. É isto que estava no acordo. Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, termino com uma declaração, mais uma vez, política e só me diz respeito a mim. Tenho a profundíssima convicção, certezas, certezas, não posso ter, de que quando iniciámos estas negociações tendentes a esse acordo chapéu, é um acordo umbrela. Eu posso-vos lê-lo. Está cá tudo direitinho e assinado. Não diz cá como se faz. O acordo tinha, por isso, quatro vértices que é preciso não esquecer. Eu chamava-lhe a tática do Nuno Alvares Pereira, está a ver? A tática do quadrado. Quatro vértices. Primeiro vértice, a lei-quadro que foi aprovada, não sei exatamente se foi por unanimidade, que nós negociámos ponto a ponto. Está lá tudo muito direitinho. Uma lei-quadro não faz nada, é uma lei global. Primeiro vértice, cumprido. Segundo vértice, revisão da Lei das Finanças Locais. Abençoado acordo. Dirão: está bem, você está a defender aí a sua pele e tal. Não é nada disso, não quero saber. Abençoado, sabem porquê? Porque a revisão da Lei das Finanças Locais os Municípios tiveram direito a mais 80 milhões de euros, salvo erro. Nós, quase 1 milhão. Chapeau. Prova superada. Terceiro vértice, os decretos-lei sectoriais dos vinte e um, consensualizados com a Associação Nacional de Municípios. Foram grandes discussões, mas lá consensualizaram. É pouquinho. É. Mas vale mais pouco, de que nada. É a nossa opinião política, que no PSD também não é clara, não é líquida, nem todos concordam como no PS e nos outros. Sabemos as posições em termos macro. Mas foram consensualizados, são aqueles. Com as datas atabalhoadas, com essas coisas que não havia necessidade, mas pronto, a substância é aquela. Quarto vértice, o envelope financeiro que devia estar em anexo a cada um dos decretos-lei, mas não existe. Esta razão, que é uma razão fundamental, é a condição sine qua non, era uma razão para nós renunciarmos ao acordo. Politicamente, falando. O PSD podia dizer: bom, nós não queremos mais o acordo porque assinámos, os senhores não cumprem, está resolvido. É assim que se faz na vida, não é? Creio eu. Só que há um interesse superior a isso. Há o pilar dois, que é o interesse superior da organização superior nacional do Estado. Minhas senhoras e meus senhores, é isto que tem que ver com a qualidade de vida, amanhã, dos vossos filhos e dos nossos netos. É isto que pode também trazer mais gente ao território. É exatamente ao contrário de algumas coisas que eu aqui ouvi. Não é nada disto vai cavar fosso maior entre Municípios maiores e mais pequenos porque está garantida essa capacitação. De modo que, esse interesse maior, levou responsavelmente, em termos políticos, que o PSD não dissesse nada. Tanto mais que há Municípios que, com a sua autonomia, querem tudo, têm capacidade. Não se importam de fazer despesas. Eu ouvi um, no outro dia, dizer abençoado diploma porque já não vou ter o problema dos tipos das bolas de berlim terem que fugir quando vem a polícia porque têm que ter uma licença de três Ministérios. Está a ver? Está resolvido. Uma coisa de somenos, mas está resolvido. Por isso, apesar do atabalhoamento, apesar de datas atabalhoadas, apesar da substância ser pouco ambiciosa, mas, passo a passo... e foi por isso que nós demos esse impulso político e foi por isso que eu também quis hoje aqui dizer-vos, repetidas vezes, peço desculpa, de que o caminho acho eu que deve ser este, e é este que afirma uma cidade, uma capital. E é isto que, em última instância, pode ajudar a melhorar a qualidade de vida porque estamos mais próximos da decisão. Obrigado, Senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos então... sim, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Boa tarde a todos, senhora Presidente e demais Elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Deputados Municipais, comunicação social, senhores funcionários, público em geral. Pedi só este pedido de esclarecimento, só para esclarecer aqui uma questão que me parece pertinente neste momento. O senhor Presidente da Câmara afirmou que a delegação de competências da

Comunidade Intermunicipal não tinha sido aceite por causa de uma decisão de um Município. Nem interessa qual é que é, mas... e dizendo que isso não era o espírito CIM. Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga que o espírito CIM é um bocadinho diferente desse em que se fala em relação ao Município e que esse Município não tem essa pretensão. Isto porque, não sei se sabe, senhor Presidente, na última sexta-feira passada houve uma Assembleia Intermunicipal onde foi decidido, ouça bem, senhor Presidente, onde foi decidido a recusa das competências da Comunidade Intermunicipal e foi decidido e votado, com os votos do PSD essencialmente. Todos os Deputados Intermunicipais que estão nesta Assembleia, que somos quatro, três do PSD e um do PS. Engraçado que só o do PS é que votou favoravelmente, tendo os três Deputados do PSD votado a não aceitação das competências pela Comunidade Intermunicipal. Portanto, senhor Presidente, este é que é o espírito CIM. Há aqui alguma coisa que não está a funcionar. Talvez devido à ausência do senhor Presidente que não tem esclarecido devidamente os senhores Deputados e, por isso, eles fizeram esta votação. Mas deixe-me dizer-lhe só mais uma coisa e porque o senhor Presidente é muito favorável à descentralização e falou na questão do envelope financeiro e não podia deixar de tecer alguns comentários acerca disso, porque acho que era importante esclarecer esta Assembleia em relação a isso. Em primeiro lugar, admiro a posição do senhor Presidente ser um descentralizador e ter participado ativamente neste diploma e na criação deste diploma. Foi pena é que não aceitasse todas as competências porque acho que era importante, como muitas autarquias do PSD aceitaram. Mas deixe-me que lhe diga, em relação ao envelope financeiro. Em primeiro lugar, não podia o mesmo constar no orçamento da lei de Estado. Porquê, senhor Presidente? Porque não se sabia quantas Autarquias estavam dispostas a aceitar estas competências. Portanto, eu não sei o que é que o senhor Presidente está assim tão preocupado. O senhor Presidente disse que não estava. Então eu vou-lhe dizer mais, senhor Presidente. Anda mesmo distraído, porque houve uma reunião..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado não vai dizer muito mais porque..." -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** "Não posso?" -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Aquilo que o senhor me pediu foi um pedido de esclarecimento." -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** "Ok, muito bem. Então, muito obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada." -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** "Senhora Presidente, mas eu, por acaso, posso esclarecer do pedido de esclarecimento, que não foi pedido para esclarecer, e eu esclareço? Pode ser?" -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Ó senhor Presidente..." -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** "Se quiser... se a senhora Presidente autorizar. É para não ficarem assim..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "É que, senão, estamos aqui e depois outro pede outro pedido de esclarecimento..." -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** "Se me pedem um pedido de esclarecimento e a senhora Presidente autorizou o pedido de esclarecimento, permita-me que esclareça." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Esclareça lá rapidamente, então, senhor Presidente. É que eu nem sequer percebi que pedido de esclarecimento é que senhor Deputado fez. Portanto, também não percebo que resposta esclarecedora é que o senhor Presidente irá dar, mas, em todo o caso, muito rapidamente, então, por faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Lá isso é verdade. A senhora Presidente tem toda a razão. Veja lá que nem a senhora percebeu o pedido de esclarecimento. Olhe, eu também não e pelos vistos ninguém percebeu. Mas a verdade é que o senhor Deputado pregou, desculpe, debitou para ali e agora permita-me só que debite um bocadinho para esclarecimento. Aliás, o senhor Vice-Presidente estava aqui em pulgas para ser ele esclarecer, porque ele estava lá e ele é que me contou e ele é um homem de palavra, que eu depois também falei com os meus colegas. Quer dizer, se um Presidente de uma Câmara, legitimamente, já tinha deliberado que não, erradamente na minha opinião, outros houve, e eu seria o primeiro a dizer revogue lá isso, porque está errado, na minha opinião. Está errado na afirmação do território. Bom, se os senhores Deputados votaram a favor, ou votaram contra, isso já não é um problema meu. E aqui, esta coisa não lhe fica bem, eu votei a favor, os outros votaram contra. Isso é a legitimidade de cada um. Mas, já agora, permita-me que lhe diga, com todo o respeito pela Assembleia Intermunicipal, eu estou a falar, tomei a decisão onde eu tenho a assento, o Conselho Intermunicipal. Se o Conselho traz uma deliberação que não, dificilmente a Assembleia deixa de ser solidária. É o que eu acho. Mas está errada é na base. Está errado na base, numa conceção de afirmação do território. E isso é uma conceção política, pessoal, de cada um, esta é a minha. O espírito CIM é assim que se constrói e é assim que se desconstrói. Desconstrói-se sim. E eu preferia que ele se construísse. Mas, por mim, olhe, sejamos felizes. Depois, ó senhor Deputado, agora sim, para o esclarecer. Olhe, era possível, era desejável que estivesse em anexo o Orçamento de Estado. Também o senhor pode ter muita experiência disto, pode perceber muito disto, admito que sim, mas olhe, eu já fiz muitos e discuti muitos e isto só para o informar que era bem possível, sabe como? O Orçamento de Estado tem não sei quantos mapas anexos, como o senhor sabe. Muitos. Punha-se lá o anexo 534 e todos os Municípios do País, 308, e era a proposta do Governo. Não se sabia quantos iam aceitar? Claro que também não sabem. Era a proposta do Governo e cada um de nós olhava, estudava e dizia sim, ou não. É tão difícil assim? O que nós lá queríamos era aquilo que o Governo achava que o Município da Guarda devia receber por cada uma das competências. Era a proposta do Governo. O Orçamento de Estado é uma proposta do Governo. Então, o Governo propunha e nós dizíamos assim: olhe, este não queremos. Este queremos. Este satisfaz. Este não satisfaz. Era assim que devia estar e era assim mesmo. O fundo de financiamento da descentralização só foi chumbado justamente porque alguém lá na Assembleia, e bem, quis que a aquilo não fosse feito por despacho. Tem que ter a fiscalização da Assembleia, por isso é que se propôs que era por Lei. Nem percebo como é que foi chumbado. Mas isso também não me interessa e não é desculpa porque o Governo, no decreto-lei de execução orçamental, fará. Esta é clarinho como a água. Agora, o senhor dizer porque é que eu não aceitei onze, talvez perguntar ao seu colega, ao seu camarada de, qual deles quer? Vila Nova de Gaia, por exemplo, quer? Quer dizer, deixemo-nos destas histórias. Isto é transversal senhor Deputado. O Governo do Partido Socialista tinha dito que acabava isto no verão de 2017. Não fez patavina. Nalguns casos, como eu disse, ainda bem. O PSD, responsabilmente, deu-lhe um impulso político para fazer e pôs condições na mesa. A maior parte delas foram cumpridas a bem dos Municípios, caso contrário, só Deus sabe se a esta hora nós não estávamos a fazer esta reunião e tínhamos que as... há bocado eu disse que tínhamos que as grammar, é assim uma coisa pouco ortodoxa, tínhamos que as aceitar e então era uma rebelião. E por isso nós demos este impulso ao Governo, defendendo os Municípios. A partir

daqui, senhor Deputado, é autonomia de decisão. Olhe a minha, nossa, decisão foi defendendo o interesses da Guarda e não jogando no escuro e tendo ainda mais dois anos para pensarmos nisto... se a mim, neste momento, me perguntarem... se eu lhe perguntar a si, ou a alguém aqui presente, quanto é que o Estado Português gasta na educação que agora é passível de ser transferido no concelho da Guarda? Alguém faz ideia? Eu também não. Mas esta senhora tem trinta dias para mostrar o que vale. Salvo seja, já mostrou. Mas vamos ter que estudar porque eu não quero quando receber, daqui por trinta dias, o envelope... mas o senhor diz que não! Mas isto é uma coisa tão óbvia que eu não consigo entender! Então, daqui por trinta dias quando o Governo, se cumprir o que lá está, coisa que eu tenho dúvidas, do decreto-lei que foi publicado ontem, daqui por trinta dias mandam-nos o envelope a dizer: concelho da Guarda, na educação que agora se quer transferir, nas pessoas, nas janelas como eu digo, “x” milhões. Então, nós temos que ter, temos que saber, não é? Se nos estão a enganar, se nos estão a dar dinheiro a mais, ou a menos. Este é que é um trabalho sério. Mas há colegas meus, e muito bem, eu não critico, que dizem: não tenho vagar para isto, não quero, quero ver como é que é. Porque isto é uma reforma séria, complexa, por isso é vem sido adiada, e por isso é que nós no PSD a impulsionámos. Temos pena que esteja atabalhoada mas, mesmo assim, vamos a isto, aqueles que convictamente acreditam. E eu, convictamente, acredito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem senhor Presidente. Acho que está tudo esclarecido, devidamente esclarecido. Passamos, então... não, não fala mais ninguém desculpem lá. Porque senão não saímos daqui. A que título é que quer falar? Mas notas não estão previstas no Regimento. Tenho muita pena. Notas, só aceitamos de quinhentos euros mas vão sair do mercado. Está tudo devidamente esclarecido, toda a gente falou, teve tempo para falar e, portanto, podemos continuar? Muito obrigada. Passemos, então, à votação. Eu queria esclarecer uma questão relativamente à votação. Apesar de a proposta ser uma proposta única e ter sido discutida em conjunto, eu irei fazer a votação alínea a alínea porque entendo que é assim que deve ser. E, por isso, passaríamos... eu não estou na Reunião de Câmara. A Reunião de Câmara tem um regulamento, a Assembleia tem outro. Eu não tenho que fazer igual ao que faz a sessão de Câmara. Eu entendo que os decretos são autónomos e, portanto, irei fazer a votação alínea a alínea. Pronto então ainda bem. Não faço ideia como é que foi na Reunião de Câmara mas, para ser sincera, também é-me indiferente como é que foi na Reunião de Câmara. Muito bem. Até porque eu entendo que cada Deputado pode entender votar a favor de uma e contra outra e, portanto, está na sua... sim, se faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente, só um esclarecimento...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu pedia-vos, por favor, que não falassem, está bem?” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Só um esclarecimento, e digo-lhe desde já que a metodologia que adota, honestamente, é a mais correta relativamente a isto. Mas coloco-lhe só esta questão. Se na mesma, a proposta que vamos votar, é aquela que veio. É que a proposta que veio não vem nessas circunstâncias. Ou seja, vem em circunstâncias completamente diferentes. Até a própria elaboração, fundamentação e a forma como termina, leva-nos a que então teremos que alterar a proposta que vamos votar. Sem prescindir de concordar consigo na metodologia que considero a mais correta. Tanto que, da nossa intervenção, foi isso que resultou. Agora, coloco-lhe é esta questão. Vamos votar o documento e a proposta que nos foi entregue? É que, se o vamos fazer, não podemos votar a que veio. Temos que proceder a uma alteração e votar outra proposta de outra forma. É que, a que veio, veio nesse sentido. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. É assim. O meu entendimento é que, apesar de vir uma única proposta, ela consubstancia vários diplomas. Tanto assim é que a comunicação à DGAL é feita diploma a diploma. Não pode ser em conjunto e daí a minha interpretação de que a votação tem que ser alínea a alínea e diploma a diploma. Porque, no fundo, é aquilo que nós temos aqui em causa. Não me parece, ainda assim, que seja necessário alterar a proposta no seu conjunto. Não me parece, sinceramente não me parece. Faz favor.” --

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Só dizer-lhe isto, senhora Presidente. Não há proposta nenhuma da Câmara para votar o Órgão Deliberativo. O órgão Deliberativo renuncia-se sobre a descentralização, mais nada. Portanto, diploma a diploma. A Câmara aqui emitiu o seu parecer e o seu entendimento. A partir desse momento o Órgão Deliberativo, que é a Assembleia Municipal, vota diploma a diploma.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Quer falar, Tiago? Sim, se faz favor. Pedia-vos, por favor, era que não falassem todos ao mesmo tempo, está bem? Faz favor, senhor Deputado.”--

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, só para dizer uma coisa. Eu não me oponho, em tese, a esse modo de votação se a documentação que foi junto à plataforma incluiu tudo aquilo que também foi chumbado na Câmara. A verdade é que nenhum dos senhores Deputados que aqui está, salvo erro, tem assento nas Reuniões de Câmara tal como a senhora Presidente, e para conhecer e fundamentar aquilo que iria votar aqui, tinha que conhecer corretamente tudo aquilo que consta de todos os diplomas sectoriais. A verdade é que a proposta que nós temos e que nos foi submetida na plataforma, refere-se, única e exclusivamente, às propostas que foram aprovadas em Reunião de Câmara. E, portanto, eu sinto que esta Assembleia não está preparada para votar aquelas que foram chumbadas, simplesmente porque não lhe foi dado conhecimento, na documentação que veio a esta Assembleia, sobre esse conjunto de propostas. Simplesmente isso. Nada teria a opor, quero deixar bem claro, nada teria a opor a esse modo de votação se tudo isso tivesse constado da documentação que foi junta para os Deputados Municipais. Mas não foi enviada essa documentação para os Deputados Municipais.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E vocês entendem, então, que deve ser votada a proposta na generalidade? Eu só queria que não falassem todos ao mesmo tempo. Faz favor, senhor Presidente.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Olhe, senhora presidente, desculpe uma coisa, mas eu quero que fique bem registado em ata desta reunião...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu pedia-vos que não falassem todos ao mesmo tempo, por favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Eu espero que fique claro nesta reunião e, sinceramente, espero que a votação, seja ela feita como for feita, consolide aquilo que foi a deliberação da Câmara. É o que eu espero e desejo, independentemente da forma que a Senhora Presidente e todos entenderem. Ou seja, e por isso quero deixar muito claro que a Câmara Municipal da Guarda dirá à Direção Geral das Autarquias Locais que aceita estas três competências e não aceita as outras que estão publicadas. Isto é que fica claro. Chegados aqui, deixe-me dizer-lhe, senhora Presidente, que eu jurista não sou, mas até sou capaz de reconhecer, pelo que já ouvi, que entre a Câmara e a Assembleia, a senhora Presidente é que estará certa. Até sou capaz de reconhecer que, se algum erro formal existir, é de facto... pode ser, não sei se é, pode ser de facto da Câmara. O que eu peço, o que eu vos peço muito, em

nome dos interesses da Guarda, deixemo-nos destas magnas questões porque verdadeiramente se quiserem todos votar como a senhora Presidente disse que é preferível, e eu sou levado a querer que é, qual é o problema, desculpem dizer-vos, francamente, de não conhecerem, na substância, os outros oito diplomas? Por acaso, na proposta, conhecem a substância dos três que nós estamos a dizer? Por acaso conhecem? Desculpe, Deputado Tiago Gonçalves, o meu amigo tem toda a razão no que disse, toda a razão formal...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço-vos que não falem ao mesmo tempo.” --

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, o que eu não quero, é o que eu vos peço, Senhora Presidente, o que eu lhe peço... bom, se não, vou ter que lhe pedir que convoque outra Assembleia Municipal. É isso que querem? Tenham lá paciência, quer dizer. Não, tenham paciência, desculpem lá, olhos nos olhos. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado, se conhece e se quis prepara-se bem e têm o direito a isso, com certeza que leram os três diplomas que nós queremos aceitar. Com certeza que, se leram bem a proposta, foram então ler os oito diplomas que nós não aceitamos. Bom, o que eu acreditar ou não acreditar nisso, é irrelevante. Por isso, senhora Presidente, até sou, repito e termino, até acho que, provavelmente, a senhora Presidente estará certa no modo da votação. De certeza que aquilo que disse o Deputado Tiago Gonçalves formalmente está corretíssimo. Ou seja, se calhar, não se pode votar assim, porque não é isto que está cá na proposta. É verdade. Bom, mas minhas senhoras e meus senhores, se quiserem agarra-se só às formalidades façam o favor de serem felizes, mas não impeçam que a Câmara só tenha estas três. Caso contrário, vamos ter que fazer outra assembleia. É só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu acho, sinceramente, que os pontos terão que ser votados um a um. Eu acho que a competência é do Órgão Deliberativo. Acho que as transferências de competências são diferentes. Uma coisa é a habitação, outra coisa é o património e não acho que isso altere, em nada, a votação que foi feita porque se as pessoas forem votar a proposta na generalidade, com certeza que o sentido de voto há de ser exatamente igual àquele que vão dar alínea a alínea. E, portanto... mas, se calhar, teria votado a favor as mesmas que estão aqui para transferir. As mesmas que foram transferidas. Das que foram transferidas. Bom, mas então pomos à votação a proposta? Deixamos à consideração da Assembleia e votamos a proposta na globalidade? Está bem. Ok. Venham cá então.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pedia-vos que se sentassem, por favor. Chegamos a um consenso e concordando todos que a metodologia correta seria aquela que eu sugeri e concordando eu que é mais fácil votar a proposta na generalidade mas que, ainda assim, não entendo que pudesse haver Deputados, que votando alínea a alínea, tivessem uma votação diferente daquela da votação da proposta na globalidade porque isso não faz sentido, porque se vão votar a proposta na globalidade isso implica aceitar três e concordar com a recusa das restantes. Portanto, votando alínea a alínea não faz sentido que votassem de outra maneira. Mas, como poderia ocorrer esse risco, aceitou-se e decidiu-se votar a proposta na globalidade mantendo eu, ainda assim, a postura e a convicção de que o correto seria votar alínea a alínea. São leis autónomas, independentes, transferências de competências diferentes cada uma per si e, portanto, a votação correta seria alínea a alínea. Mas, entre todos, parece que é consensual também que todos concordam com essa minha posição, mas acordámos então em votar a proposta na generalidade. E, por isso, eu ia pôr então a proposta à votação.” -----

*Resultado da votação do Ponto único: Discussão e votação da Proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. -----  
Aprovada, por maioria, com sessenta e nove votos a favor e quatro votos contra. -----*

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Aires Diniz, já me tinha pedido uma Declaração de Voto, faz favor. Eu peço que não façam barulho, por favor. Não percebi... sessenta e nove a favor e quatro contra.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “De certo modo, a minha Declaração de Voto estava dita na minha primeira intervenção que foi que votaria contra a assunção de responsabilidades, aceitação de responsabilidades pela Câmara e era a favor da rejeição. Isto porquê? Porque todo este processo foi mal conduzido, não houve uma verdadeira clarificação das várias posições. Faz parte de um acordo entre o PS e o PSD que não tem nada a ver com a geringonça, como vocês dizem, e portanto, aquilo que eu iria dizer já foi dito pela minha camarada Paula Santos, numa declaração que eu tenho no meu facebook. Se quiserem ver está lá tudo dito, muito bem-dito. E portanto, isto não tem...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu pedia-vos que não fizessem barulho, por favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Esta posição do PS e do PSD que aqui se uniram, não tem a nossa adesão, nem a adesão, provavelmente, do povo português até porque amanhã, ou depois, vamos ver a forma como se comportaram os vários Municípios e, portanto, é claro que não há aceitação generalizada deste acordo entre o PS e o PSD. E, portanto, todo este processo tem que ser reiniciado se queremos fazer uma verdadeira descentralização. Até porque esta descentralização é uma desresponsabilização do Estado central, que quer dizer que vai tornar mais pobres os Municípios pobres e mais ricos os Municípios ricos. E, portanto, de acordo até com aquilo que foi dito pelo Dr. Álvaro Amaro, isto é, o BB, Braga/Barrancos, e Borba também, já agora. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor deputado. Senhor Deputado Marco, por favor. Não façam tanto brulho, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Ora, como dizia o ditado, de boas intenções o inferno está cheio. Centralizar sectores como a saúde, cultura, educação ou ação social é, sem dúvida, desresponsabilizar as funções do Estado consagradas na Constituição Portuguesa e com, ou sem, espírito CIM, a verdade é que essas estruturas não passam de fachada para não se realizar a maior de todas as reformas que é a regionalização. E eu até posso acreditar na boa vontade de muitos Autarcas sobre o prego e a madeira nos centros de saúde, mas, nomeadamente ao seu Presidente da Câmara da Guarda, eu não sei, por exemplo, se o senhor Presidente da Câmara da Guarda está cá a partir de junho na cidade da Guarda e, com isto, dizer que é sempre questionável essa matéria de que: nós lá Câmara será sempre melhor do que com o Governo. Não. Matérias de saúde, matérias de educação, escolas, isso responsabiliza-se a quem nós já pagamos os nossos impostos. Os nossos impostos servem para que o Estado se responsabilize nesses setores fulcrais e não deve, de forma alguma, responsabilizar Municípios que, passado alguns anos, podem não ter capacidade, ou mesmo não querer se responsabilizar por essa gestão. E essa é a posição do Bloco e assim irá continuar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor deputado. Senhor Deputado Henrique, por favor, também uma Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ouvi toda a gente com muita atenção e de vez em quando também gosto de falar. Aliás, ouvir os nossos interlocutores acho que é um sinal de respeito e aqui todos merecem igual respeito. Por estranho que pareça, concordo com estas últimas afirmações do senhor Deputado Marco Loureiro e aliás, na minha intervenção, eu disse exatamente isso. Este processo trata-se de um aligeiramento de responsabilidades por parte do Estado. Mais nada. Rigorosamente mais nada. E também depois de ouvir o senhor Presidente, a minha convicção de que devia ter havido uma denúncia relativamente à forma como este processo se está a desenvolver, ganhou força porque as dúvidas são mais que muitas, cruzam todas as forças políticas, cruzam, no fundo, todas as estruturas que o Estado pretende responsabilizar com a passagem destas competências e está, efetivamente, aqui lançada uma enorme confusão, como eu lhe chamei no início. É a tal manta de retalhos. Começam por ser trezentos e oito retalhos, tantos quantos os Municípios. Esses trezentos e oito retalhos depois multiplicam-se pelos diferentes diplomas setoriais que vão sair relativamente às diferentes competências a atribuir e, claramente, que está lançada a confusão e os retalhos estão claramente descosidos. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor deputado. Senhor Deputado Agostinho...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Desculpe. Deixe-me acrescentar só uma notazinha relativamente ao voto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor de falar, só para não dizer que eu não respeito quando quer falar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Também, ainda não esgotei o meu tempo, pois não?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Fale à vontade.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Porque se tivesse esgotado, já tinha aí a senhora Presidente a tentar queimar-me os calcanhares, os dedos grandes dos pés.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não faço mal a ninguém, senhor Deputado.” -

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Também faz parte o aparte. Só dizer que a forma como nós votámos esta proposta, nós tanto chumbámos a assunção de competências, como chumbámos a não assunção de competências. Correto? E o objetivo não era, efetivamente, esse. Portanto, sendo coerentes com aquilo que aqui dissemos, chumbámos a assunção e queríamos aprovar a não assunção de competências.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pois é. Parece que eu teria razão. Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente, muito obrigado. E vou mesmo fazer uma Declaração de Voto porque às vezes misturarmos as Declarações de Voto com novas intervenções, é um pouco complicado. votámos favoravelmente esta proposta porque votámos a aceitação de três competências. E não poderíamos votar de outra forma porque se, durante muitos anos, pedimos que o poder se aproximasse das pessoas, das Autarquias, quando o processo começa e está em marcha, alto lá, que um mar de dúvidas se levanta, incertezas, poeira. E isto, às vezes, reflete um bocadinho mentalidades, que são mentalidades que não ajudam muito a progredir e a olhar para o futuro porque, se calhar, quando Portugal deu novos mundos ao mundo, ainda bem que pouco ligaram aos velhos do restelo que por ali estavam,

